



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681498 - RJ (2021/0227618-0)

RELATOR	: MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE	: RONALDO JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO	: RONALDO JOSE DOS SANTOS - RJ141496
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: WAGNER CARDOSO ROSENDO (PRESO)
CORRÉU	: EDNILSON JESUS DA SILVA
CORRÉU	: MARCOS ANDRE OLIVEIRA DA SILVA
CORRÉU	: BRUNO RIBEIRO FONTELLA
CORRÉU	: MARIO BARBOSA MARQUES JUNIOR
CORRÉU	: BRUNO MUNIZ ARAUJO
CORRÉU	: JEFFERSON CONSTANT JASMIM
CORRÉU	: WILDSON DIAS
CORRÉU	: FERNANDO ALVES LACERDA
CORRÉU	: PABLO ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS
CORRÉU	: THIAGO DA CRUZ OLIVEIRA
CORRÉU	: WESLEY DA LUZ ARAUJO FILHO
CORRÉU	: JONATHAN VELASCO RODRIGUES
CORRÉU	: WILLIAN DE FRANCA
CORRÉU	: DOMERICE DOS SANTOS JOSE
CORRÉU	: CELSO HUMBERTO ALMEIDA DA SILVA
CORRÉU	: DANIEL ANTONIO DA SILVA
CORRÉU	: CARLOS JEAN MENEGUCI DE MATTOS
CORRÉU	: DIEGO ESTEMBERG PEREIRA LIMA
CORRÉU	: RONALD ELIAS PEREIRA VALENTE
CORRÉU	: ALAN PAULA DE LIMA
CORRÉU	: ERMESON DA SILVA BARBOSA
CORRÉU	: ANDERSON BEZERRA PEREIRA
CORRÉU	: JOAO TEIXEIRA DOS PASSOS
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WAGNER CARDOSO ROSENDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0009674-65.2021.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela suposta prática do crime previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, incisos II e IV, da Lei n. 12.850/2013.

O impetrante sustenta o excesso de prazo da custódia cautelar, pois o acusado está segregado há 3 anos, 11 meses e 16 dias sem que tenha havido o término da instrução criminal, em manifesta violação aos princípios da razoável

duração do processo e da dignidade da pessoa humana, sendo devida a revogação da segregação cautelar.

Destaca que a Recomendação CNJ n. 62/2020 determina a revisão trimestral acerca da necessidade da custódia cautelar, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, bem como da possibilidade de deferimento da prisão domiciliar diante da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Defende a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 26/37):

*O paciente foi denunciado pela prática, em tese, da conduta tipificada nos artigos artigo 2º, § 2º e § 4º, II e IV da Lei 12.850/13, nos termos da denúncia acostada aos autos, com indícios de integrar uma organização criminosa, executando a prática de delitos em prol desta organização.*

*Em 03.08.2017, consta decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de todos os denunciados.*

*Em 23.05.2018, foi realizada a AIJ, tendo sido designada audiência em continuação para o dia 18.07.2018.*

*Audiência em continuação realizada em 18.07.2018, ocasião em que foram ouvidas testemunhas arroladas pela acusação.*

*Pelo Juízo foi designada nova audiência em razão da insistência da oitiva das demais testemunhas arroladas pela acusação e das testemunhas arroladas pelas defesas.*

*Em 26.07.2018, consta decisão que homologou a desistência da oitiva das demais testemunhas arroladas pela acusação.*

*Nova audiência realizada em 30.07.2018, oportunidade em que foram inquiridas as testemunhas das defesas.*

*O paciente foi interrogado na audiência realizada em 28.08.2018.*

*Na mesma ocasião foi deferido o pedido do Ministério Público para a realização de perícia a fim de utilizar as mídias de voz dos acusados, para a confrontação com as interceptações telefônicas realizadas no curso da investigação criminal.*

*Em 12.03.2019 foi determinado que o cartório certificasse se as defesas dos réus que terão suas vozes submetidas às perícias apresentaram os quesitos dentro do prazo legal a fim de determinar a realização imediata da mencionada perícia.*

*Em 28.03.2019, despacho anuindo com a desistência do réu Thiago da Cruz Oliveira da perícia de voz.*

*Em 25.07.2019 a perícia de voz foi solicitada ao*

ICCE.

Em 17.10.2019 as mídias foram fornecidas pelo ilustre parquet para realização da perícia.

Em 29.10.2019 foi determinado o encaminhamento imediato das mídias ao ICCE para realização de exame pericial.

Em 10.03.2020, desistência da perícia de voz pela defesa de Daniel Antônio e William de França, e na mesma data foi determinada a intimação das defesas dos demais corréus para manifestação quanto à desistência ou não da produção da referida prova.

Em 28.05.2020 decisão indeferindo pedido de restituição de arma de fogo apreendida.

Ainda há réus que não se manifestaram acerca da desistência da realização de perícia de voz, constando duas petições a serem juntadas que foram protocoladas na presente data.

Em 05.10.2020 decisão indeferindo o requerimento de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa do réu Fernando Alves Lacerda.

Em 27.01.2021 decisão indeferindo o pedido de restituição de bens, bem como determinando a busca e apreensão de laudos.

Por fim, determinou-se que, com a juntada dos laudos faltantes, as partes se manifestem em alegações finais.

[...]

Como se vê, inexiste qualquer letargia ou hiato temporal caracterizador de constrangimento ilegal.

[...]

De outro giro, tem-se que a concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5Q, LXXVIII da Constituição Federal, o qual estabelece que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."

[...]

Assim, a autoridade dita coatora em nenhum momento quedou-se inerte, não se vislumbrando qualquer hiato temporal capaz de denotar a existência do chamado "tempo morto" no impulsionamento oficial do feito, nem mesmo neste período de Pandemia, em que a desaceleração dos feitos é natural e perfeitamente justificada.

Ora, não há como negar que se trata de feito de extrema complexidade, envolvendo mais de 20 réus além do ora paciente, e tal como se verificou no HC anterior, o magistrado vem conduzindo com afinco a marcha processual.

Não é demais lembrar que a concessão de habeas corpus, em razão da configuração de excesso de

*prazo, é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 59, LXXVIII da Constituição Federal.*

*Assim, o prazo não é contado de forma aritmética, exigindo-se para a configuração de seu excesso a inércia do Juiz em dar andamento ao processo, o que não se verifica na hipótese vertente.*

*[...]*

*No tocante à Recomendação nº 62/2020 do CNJ, importa frisar que o referido órgão apenas traçou recomendações para que fossem expedidas avaliações da situação dos presos, de maneira casuística e pontual, com a finalidade de evitar a propagação, no sistema carcerário, do mal que vem assolando a humanidade.*

*Além disso, a soltura de pessoas presas, ainda que do grupo prioritário, mencionada na mencionada Recomendação, deve ser precedida de avaliação a respeito da sua real necessidade, devidamente cotejada com eventual risco de contaminação e propagação do vírus no interior do presídio e com o risco de lesão à segurança pública e jurídica.*

*[...]*

*De outro giro, as orientações do CNJ não garantem a ninguém, de forma automática, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar ou por medidas cautelares diversas da prisão.*

*Não basta que eventual beneficiário demonstre, concretamente, sua inequívoca inclusão no chamado grupo de vulneráveis do COVID-19. É necessário demonstrar também a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra, e que sua permanência nesse estabelecimento pode causar mais risco do que o ambiente em que a sociedade está inserida.*

*Não se vislumbra, pois, constrangimento ilegal a justificar a mandamental.*

*Por tais razões, é o voto no sentido de CONHECER E DENEGAR A ORDEM.*

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência